



UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC
FACULDADE REGIONAL DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE BARBACENA -
FACEC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARCOS PAULO DUTRA E SILVA

ANÁLISE DO DISCURSO DO PODER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

BARBACENA
2013

MARCOS PAULO DUTRA E SILVA

ANÁLISE DO DISCURSO DO PODER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Helder Rodrigues Pereira

**BARBACENA
2013**

Marcos Paulo Dutra e Silva

ANÁLISE DO DISCURSO DO PODER NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Orientador Dr. Helder Rodrigues Pereira
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof.ª Me. Angela Buciano do Rosário
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Prof.ª Me. Vilmaria Lucia Rodrigues Teixeira
Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC

Dedico este trabalho a todos que, no transcurso da minha vida, me ensinaram o valor da educação.

Agradecimento

Agradeço a todos que acreditaram na elaboração e execução deste trabalho, e que, comigo caminharam ombro a ombro na expectativa de um fechamento satisfatório para este processo de graduação. Sendo que me sinto à vontade para dirigir especial agradecimento ao professor Dr. Helder Rodrigues Pereira, pela acolhida e confiança na condução e concretude deste imenso desafio.

Agradeço, ainda, meus familiares e amigos por compreenderem minhas ausências, sobretudo, nos últimos meses, quando tive que direcionar toda a minha atenção e disponibilidade para a tarefa de montar o quebra-cabeças confeccionado desde a primeira disciplina ministrada até este último semestre.

“... é melhor emitir sobre assuntos úteis uma
opinião razoável do que, sobre inutilidades,
conhecimentos exatos.”

Isócrates

Resumo

O uso de drogas é uma prática difundida pelas diversas culturas. É um costume que, a seu modo, localiza o indivíduo na sociedade e o faz sentir membro de uma comunidade. O caráter cultural do uso de drogas está associado a ritos de passagem ou a costumes religiosos. O uso das drogas como meio de se obter prazer é algo novo, pelo menos do ponto de vista antropológico. Ao que parece, os costumes da vida capitalista elevaram-se à categoria do prazer, de tal forma que consumismo e bem-estar se aliaram. O uso das drogas assumiu, então, um caráter de descontrole social e, por suas características, uma demonstração de ingerência urbana. Atualmente, o uso do crack entre os jovens tornou-se um problema de saúde pública, endêmico e que demanda por políticas públicas de intervenção. Com base nessas considerações, este trabalho se propõe a compreender tais políticas, partindo de uma publicação do Conselho Nacional de Justiça – a Cartilha Sobre o *Crack*. A proposta é, em se considerando os princípios retóricos da argumentação, compreender o poder que se organiza em torno da problemática a fim de apresentar soluções aos cidadãos brasileiros, afinal, grupos de pessoas que, sob influência de entorpecentes perambulam pelas ruas da cidade, oferecem um espetáculo que evidencia a decadência das relações.

Palavras-chave: Poder. Políticas Públicas. Drogas. Discurso. Argumentação.

Abstract

Drug use is a widespread practice by many cultures. It is a custom which, in its way, locates the individual in society and makes him feel a member of a community. The cultural character of drug use is associated with rites of passage or religious customs. The use of drugs as a means of obtaining pleasure is something new, at least from the anthropological point of view. Apparently, the customs of capitalist life rose to the rank of pleasure, so that consumerism and wellness allied. The use of drugs took then a lack of social character, and its characteristics, a demonstration of urban intervention. Currently, the use of crack among young people has become a public health problem, endemic and demand for policy interventions. Based on these considerations, this study aims to understand these policies, starting from a publication of the Conselho Nacional de Justiça (National Council of Justice) – the Primer About Crack. The proposal is, when considering the rhetorical principles of argumentation, understand the power that is organized around the issue in order to present solutions to Brazilian citizens, after all, groups of people who, under the influence of narcotics roam the streets of the city, offer a spectacle that shows the decay of relationships.

Keywords: Power. Public Policy. Drugs. Speech. Argumentation.

Sumário

1	Introdução	17
2	<i>Corpus</i>.....	19
3	Sobre o poder.....	29
4	Políticas públicas de saúde	41
5	Análise do <i>corpus</i>.....	47
5.1	<i>Ethos</i>	47
5.2	<i>Pathos</i>	48
5.3	<i>Logos</i>.....	49
5.4	Valores	49
5.5	Hierarquias.....	50
5.6	Presunções	50
5.7	Lugares.....	51
6	Considerações finais.....	53
	Referências.....	55

1 Introdução

Na elaboração deste trabalho, cabe ressaltar que o título estabelecido e colocado como proposta para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu de uma série de experiências vivenciadas no decorrer do curso, sendo que cada vez mais nosso interesse foi crescendo no tocante ao significante “poder”, tanto que não conseguíamos imaginar passando por esta experiência de estudo sem que o poder fosse colocado em local de destaque no desenvolvimento desta pesquisa; em seguida surgiu o interesse pela análise do discurso, a partir da experiência vivenciada no projeto de pesquisa desenvolvido a partir dessa temática; e, por fim, pela vivência no nono período em que foi ministrada a disciplina Políticas Públicas de Saúde, que demonstra o panorama da saúde no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil.

Propomos o desenvolvimento desta pesquisa a partir da apresentação e conceituação do *corpus* a ser analisado, bem como da exposição do gênero escolhido para esta análise: cartilha. Para analisarmos, utilizamos conceitos da teoria da argumentação que, de alguma forma, reporta-nos à retórica Aristotélica. Então, são apresentadas as três provas do discurso, a saber: o *logos* (o discurso) constituído na “Cartilha sobre o *crack*”; o *ethos* (o orador) aqui apresentado como sendo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ); e o *pathos* (o ouvinte) composto pela sociedade brasileira. Buscamos compreender a constituição de cada uma dessas instâncias no âmbito da argumentação, cabendo ressaltar que, dos três, o *ethos* é a mais significativa das instâncias, pois evidencia a ação do sujeito locutor em seu discurso.

O acordo com o auditório é postulado como o ponto de partida para a argumentação. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), no curso do desenvolvimento do “Tratado da Argumentação” apresentam muitos elementos como essenciais para composição do processo argumentativo, sendo que, dos mais significativos vamos iniciar apontando os fatos, as verdades e as presunções que são elementos ligados ao auditório universal. Os outros elementos a serem considerados são: os valores, as hierarquias e os lugares, elementos estes que proporcionam a indução do ouvinte a certas escolhas e estão relacionados aos auditórios particulares.

O poder é abordado a partir da ideologia, que se estuda na Filosofia da Linguagem, passando pela construção do signo, desconsiderando o elemento consciência e enfatizando a palavra como o elemento ideológico por excelência, segundo Bakhtin (Volochnikov) ([1929/1930] 2006. São apontadas as superestruturas e a infraestrutura como elementos primordiais para estabelecimento e manutenção de um processo ideológico. Apresentamos, seguidamente, as noções de arquivo e corpo social, que nos conduzem a uma análise mais específica sobre o poder, que é significativamente trabalhado na obra de Foucault ([1979]

2011). Em seguida, é apresentado o conceito de genealogia, bem como demonstrada a sua dinâmica no estudo do poder. A finalização sobre o poder ocorre tendo como tema os princípios da exclusão, trabalhados por Foucault ([1971] 1999) no texto “A ordem do discurso”.

Passamos pelo tema das Políticas Públicas de Saúde, relacionando esta área de conhecimento político, social e científico e apresentando um histórico do desenvolvimento da assistência pública à saúde no Brasil. Abordamos sobre a criação da legislação e ações desenvolvidas no sentido de estabelecer uma rede de assistência aos usuários de drogas lícitas e ilícitas, sobretudo o *crack*. Fica evidente, nesse estudo, o descontrole do poder público sobre o agravo que se estabeleceu na sociedade brasileira nas últimas duas décadas, no tocante ao tratamento da drogadição. Este tema sobre as Políticas Públicas de Saúde passa ainda pela pelas polêmicas ações de internação compulsória e de uma recente tendência de criminalização do uso de drogas, considerando que o país deu início ao diálogo sobre a descriminalização que, nos últimos anos se tornou realidade em vários países, mas iniciou um novo movimento de criminalização.

Apresentamos uma análise do *corpus* considerando o desenvolvimento teórico sobre a argumentação e sobre o poder, com o objetivo de extrair da “Cartilha Sobre o *Crack*” os elementos que justificam este estudo, o que nos proporciona demonstrar que um *corpus*, independente do gênero ou do rebuscamento ou não da linguagem permite-nos fazer uma análise da posição do orador (*ethos*), do conteúdo do discurso (*logos*) e da posição do ouvinte (*pathos*). Além de nos proporcionar a oportunidade de realizarmos análises mais significativas a partir de elementos argumentativos como: valores, hierarquias, presunções e lugares, considerando que utilizamos os mais pertinentes à nossa análise.

O discurso surge, no nosso texto, como o último elemento de composição do nosso estudo significativamente elaborado a partir da teoria lacaniana, de onde extraímos o Discurso do Mestre dentre as quatro figuras do discurso. Este discurso permite-nos fazer relação com os conceitos de cada um dos quatro elementos do matema a ele relacionados.

Ao final apresentamos uma breve visão da pertinência de utilizarmos uma teoria linguística para a desenvolvimento do trabalho; assim como, os pontos de vista, geralmente divergentes, que podem surgir a partir do tema proposto.

2 Corpus

O desenvolvimento deste trabalho ocorre a partir da exposição do *corpus*, ou seja, do objeto que nele será analisado e que servirá de base para o estudo, considerando que este início proporciona ao leitor uma base de compreensão no decorrer da leitura. Courtine (2006, p. 66) vem definir “[...] um *corpus* discursivo como um conjunto de seqüências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso.” Sendo que, entendemos como condições de produção do discurso uma organização em torno da mesma produção que a torna possível em um dado lugar e em um certo período.

Nesse contexto foi definido como *corpus*, a Cartilha Sobre o *Crack* elaborada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2011. Na ocasião de sua elaboração este Órgão era presidido pelo então Ministro Antonio Cezar Peluso, cuja produção tinha como objetivo principal servir de parâmetro para o estabelecimento de um amplo diálogo a ser desenvolvido pelos vários setores da sociedade: poder público, organizações não governamentais, escolas, famílias etc. Foi solicitado a especialistas que desenvolvessem um arranjo de informações básicas sobre o tema, a fim de proporcionar ações de políticas públicas de saúde.

O gênero textual utilizado – cartilha –, é mais especificamente definido a seguir:

A cartilha pode ser definida como um compêndio elementar ou um tratado elementar de qualquer matéria. Etimologicamente, tem-se do fr. *cartelle*, deriv. do it. *cartella* cartilha sf. “livro para aprender a ler”, XVII. Do cast. *cartilla*. De forma geral, tem as funções de ensinar, orientar e informar, mas além disso, pode ser utilizada para **conscientizar e sensibilizar os leitores em prol de uma determinada causa**, podendo haver em algumas um caráter publicitário implícito (ALVARENGA, 2009, p. 79). (grifamos)

O produto deste arranjo possui boa apresentação, um visual moderno, linguagem simples e acessível, sem os elementos rebuscados do discurso jurídico e com fácil acesso pelo sítio do CNJ na internet.

O CNJ, em parceria com o Instituto *Crack, Nem Pensar* na ocasião presidido pelo Dr. Marcelo Lemos Dornelles, fomenta a discussão em torno do *crack* e dos estragos causados a partir do seu uso, sendo que a composição da referida cartilha é iniciada com a apresentação de cada um dos dois órgãos citados e uma mensagem da então Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon. A estrutura da cartilha contém uma introdução cujo objetivo é demonstrar a intenção inicial do CNJ, bem como a estrutura básica disponibilizada para as ações da rede de assistência aos usuários, seguida de dez perguntas sobre o tema – *crack* – e, no seu

fechamento, apresenta informações de contato de todas as Secretarias Estaduais de Saúde sediadas nos vinte e sete Estados da Federação.

Constituído como órgão da administração pública, o CNJ tem como função principal trabalhar para o aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro, sobretudo no que se relaciona ao controle e transparência nas rotinas administrativas e processuais. Sua atuação mais efetiva é realizada: no zelo pela autonomia do Poder Judiciário e cumprimento do Estatuto da Magistratura; com a participação na definição do plano de metas, planejamento estratégico e criação de programas de avaliação institucional no âmbito do Poder Judiciário; no cumprimento da função de ouvidoria, no recebimento de reclamações, petições eletrônicas e representações contra membros ou órgãos do referido poder, bem como de todos os prestadores de serviços judiciários, incluindo os cartórios; na aplicação de sanções administrativas julgando processos disciplinares e outras rotinas e ainda desenvolvendo ações que promovam celeridade no trato da rotina processual, divulgando relatórios estatísticos semestrais sobre essa movimentação em âmbito nacional.

Uma vez realizada a apresentação do *corpus*, podemos avançar para as provas do discurso, fundamentadas pelos autores que estudam os elementos da retórica aristotélica, que permite uma construção acerca do *logos* (o discurso); do *ethos* (o orador); do *pathos* (o ouvinte) no âmbito da argumentação. Considerando que a partir da construção de Eggs (2005, p. 41) “[...] o *logos* convence *em si e por si mesmo*, independentemente da situação de comunicação concreta, enquanto o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à problematização específica de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos concretos nela implicados.”

Ainda falando do *logos* é possível acrescentar que:

[...] o tom específico que torna possível a vocalidade constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo. O universo de sentido que o discurso libera impõe-se tanto pelo *ethos* quanto pela “doutrina”; as “idéias” apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser [...] (MAINGUENEAU, 2005, p. 73).

Aqui percebemos a necessidade de destacarmos a importância do *logos*, bem como, do perigo que espreita o orador que desenvolve a partir do seu imaginário uma ideia de que este elemento se apresenta com pouca ou nenhuma relevância, considerando o processo de composição e execução de discursos. Sendo que nos é dito:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e

enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém pode ignorar sem sofrer as consequências (AMOSSY, 2005, p. 9).

A partir do exposto acima, verificamos a importância do *ethos* para a argumentação e este destaque é dado por Eggs (2005) por duas vezes na referida obra, colocando o *ethos* como primordial, ou seja, o mais importante das três provas, apesar de sua considerável ausência nos estudos de linguística atual, estando constantemente excluído e/ou sem visibilidade. Dando mais ênfase ao *ethos* é apresentada por Amossy (2005, p. 10) outra conceituação desta prova que diz: “os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório.” e Eggs (2005, p. 29) pontua “[...] que o orador que mostrar em seu discurso um caráter honesto parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório.” Sendo que este autor completa: “[...] sabe-se, o termo *ethos* não tem mais este sentido moral, mas antes um sentido neutro.”

Ainda tratando do *ethos*, podemos acrescentar a fala de Maingueneau (1993) *apud* Eggs (2005) que traz:

O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não *diz* que é simples ou honesto, *mostra-o* por sua maneira de se exprimir. O *ethos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui (MAINGUENEAU, 1993 *apud* EGGS, 2005, p. 31).

A seguir, voltamos ao *logos* na citação de Eggs (2005, p. 31) onde aponta que “o lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele.” Em se tratando desse trabalho, o *logos* é representado pela Cartilha Sobre o *Crack*, cuja elaboração já foi citada.

Sobre o *pathos*, Eggs (2005, p. 42) diz: “constataremos inicialmente que o *pathos* é também *tridimensional*, uma vez que deve ser a expressão adequada do *tema* tratado, do *ethos* do orador e do *ethos* do auditório.” E podemos concluir que:

Se a disposição afetiva está ligada ao ouvinte, seria inexato concluir que ele se deixa convencer unicamente pelo *pathos* – conclusão que seria necessariamente falsa, uma vez que o ouvinte se deixa convencer, por definição pelas três provas, LOGOS, ETHOS, PATHOS. Da mesma forma, seria falso excluir todo *pathos* do orador (EGGS, 2005, p. 41).

Ao fazer uma análise dos estudos atuais da pragmática e dos principais autores que contribuem com o seu estudo, Amossy (2005, p. 19) nos traz ainda que “[...] retornaremos somente a necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem.”

Nos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), temos uma profunda análise sobre a argumentação e todos os seus elementos, onde os autores trazem inicialmente:

Com efeito, tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõe acordo do auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

Os autores continuam com sua fundamentação inicial e, nesse momento, cabe referirmo-nos às provas da argumentação incorporadas na Cartilha Sobre o *Crack*, na pessoa do Presidente do CNJ e na sociedade brasileira e seus setores, para destacarmos que:

O orador, utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais, mas estes lhe podem recusar, seja por não aderirem ao que o orador lhes apresenta como adquirido, seja por perceberem o caráter unilateral da escolha das premissas, seja por ficarem contrariados com o caráter tendencioso da apresentação delas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73).

O desenvolvimento do trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) não tem por objetivo uma análise de todos os elementos que possam vir a integrar o amplo cenário do processo argumentativo. Os autores começam por tratar dos **fatos e verdades**, bem como das **presunções**, e dizem que:

[...] na argumentação, a noção de “fato” é caracterizada unicamente pela idéia que se tem de certo gênero de acordos a respeito de certos dados: os que se referem a uma realidade objetiva e designariam, em última análise, citando H. Poincare, “o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos”. Estas últimas palavras sugerem imediatamente o que chamamos de acordo do auditório universal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 75).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), pode ou não ocorrer a adesão a um **fato**, mas, uma vez que não ocorra, se apresenta como possibilidade ou condições que proporcione a defesa do **fato** frente:

[...] [à] desconfiança ou a má vontade de um adversário: será este o caso, notadamente, quando se dispõe de um acordo acerca das condições de verificação; no entanto, assim que temos de fazer esse acordo intervir efetivamente, estamos em plena argumentação. O fato como premissa é um fato não-controverso (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 76).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) defendem que todos os elementos aplicados aos **fatos** podem ser aplicados também às **verdades**; porém, as **verdades** além de se constituírem como mais complexas, são elementos de ligação entre os **fatos**, independente do contexto em que aparecem. E acrescentam:

[...] a distinção entre *fatos* e *verdades* parece-nos oportuna e legítima para o nosso objeto, por corresponder ao uso habitual da argumentação, que se apóia ora nos fatos, ora nos sistemas de alcance mais geral. Mas não gostaríamos de resolver, de uma vez por todas, o problema filosófico das relações entre fatos e verdades: essas relações caracterizam concepções de auditórios diferentes. Para uns, o fato se opõe à verdade teórica como o contingente ao necessário; para outros, como o real ao esquemático. Pode-se também conceber a relação deles de tal forma que o enunciado de um fato seja uma verdade e que toda verdade enuncie um fato (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 77).

Uma vez destacada a utilização dos **fatos** e das **verdades** e sua primazia, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) dão a entender que somente a utilização de um poderá ocorrer quando relativo ao ponto de partida da argumentação.

A seguir, trataremos das **presunções**, que também são admitidas por todos os tipos de auditórios que surgem como elementos de reforço no âmbito da argumentação, a partir do que é trazido no tratado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Os autores vão mais adiante e ressaltam que:

Uma argumentação prévia pode tender a estabelecer que existem certas presunções, da mesma forma que uma argumentação pode tender a mostrar que se está em presença de um fato. Mas como as presunções, por natureza estão sujeitas a ser reforçadas parece que, nesse ponto, deve ser salientado um importante matiz: ao passo que a justificação de um fato sempre corre o risco de diminuir-lhe o estatuto, não se dá o mesmo com o que concerne às presunções; [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79).

Ainda relativo às **presunções**, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 80) afirmam “[...] que existe para cada categoria de fatos, notadamente para cada categoria de

comportamentos, um aspecto considerado normal que pode servir de base aos raciocínios.”; em seguida, enfatizam que o normal se coloca em oposição ao excepcional. Os autores seguem adiante para localizar o “normal” e dizem que:

Conquanto a presunção baseada no normal raramente possa ser reduzida a uma avaliação de frequências e à utilização de características determinadas de distribuição estatística, ainda assim é útil esclarecer a noção usual do normal mostrando que ele depende sempre do grupo de referência, ou seja, da categoria total em consideração à qual ele se estabelece. Cumpre notar que esse grupo – que costuma ser um grupo social – quase nunca é explicitamente designado (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 81).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 83) concluem com a seguinte fala: “o acordo baseado na presunção do normal é supostamente válido para o auditório universal da mesma forma que o acordo sobre os fatos demonstrados e as verdades.”

Os **fatos**, as **verdades** de um lado e as **presunções** do outro estão relacionados, especificamente, ao auditório universal, sendo que, podem ser incluídos elementos que se relacionam à adesão de auditórios particulares, e verificamos que os elementos deste grupo são: os **valores**, as **hierarquias** e os **lugares** (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Os autores começam falando dos valores:

Estar de acordo acerca de uma valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à idéia de multiplicidade dos grupos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 84).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 84) dão continuidade à sua construção sobre **valores** e destacam que, “os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações.” Os autores seguem com sua explanação pontuando a diferença de utilização entre os raciocínios científicos, com sua formação de conceitos, regras e verdades, enquanto que, relativas às construções jurídica, política e filosófica, os **valores** interagem com a argumentação e em todo o seu desenvolvimento, considerando que podem, com frequência, serem utilizados como elementos de indução do ouvinte a certas escolhas. Eles ainda trazem que:

A pretensão ao acordo universal, no que lhes concerne, parece-nos resultar unicamente da generalidade deles; só se pode considerá-los válidos para um auditório universal com a condição de não lhes especificar o conteúdo. A partir do momento em que tentamos precisá-los, já não encontramos senão a adesão de auditórios

particulares. [...] O auditório real poderá considerar-se tanto mais próximo de um auditório universal quanto mais o valor particular parecer apagar-se ante o valor universal por ele determinado. É, portanto, na medida em que são vagos que esses valores se apresentam como universais e pretendem um estatuto semelhante aos dos fatos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 86).

Nesse ponto, ocorre uma cisão dos **valores** onde são apresentados, primeiramente como concretos, sendo que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 87) afirmam que “[...] é o que se vincula a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular, quando os examinamos em sua unicidade.” e, em contrapartida os autores expressam que “[...] existem comportamentos e virtudes que não podem ser concebidos senão em comparação com valores concretos. As noções de envolvimento, de *fidelidade*, de *lealdade*, de *solidariedade*, de *disciplina* [...]” (p. 87) aparecem como valores abstratos. Em seguida complementam que:

De fato, sejam quais forem os valores dominantes num meio cultural, a vida do espírito não pode evitar apoiar-se tanto em valores abstratos como em valores concretos. Parece que sempre houve pessoas que dão mais importância a uns do que a outros; talvez constituam famílias caracteriais. De todo modo, estas teriam como traço distintivo não menosprezar completamente os valores de uma espécie, mas subordiná-los aos da outra (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 87-88).

A partir dos elementos trazidos pelos autores várias discussões acerca da concretude ou abstratividade desse ou daquele valor pode vir alongar a questão; porém, qualquer discussão nesse sentido será finalizada com a complementação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 89), quando dizem: “valores concretos são utilizados, o mais das vezes, para fundar os valores abstratos, e inversamente.”

Agora, dando continuidade à sequência estabelecida pelos autores, passemos às **hierarquias**, sendo que a este respeito, começam dizendo:

A argumentação se esteia não só nos valores, abstratos e concretos, mas também nas hierarquias, tais como a superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens. Por certo essas hierarquias seriam justificáveis em virtude de valores, porém, mais comumente, só se tratará de buscar-lhes um fundamento quando for o caso de defendê-las: amiúde, aliás, ficarão implícitas, tal como a hierarquia entre pessoas e coisas [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 90).

Quando se trata de ordenação das **hierarquias** Plotino (*apud* Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005, p. 91) cita que “[...] todos os elementos do real formam uma hierarquia sistematizada, devendo o que é causa e princípio ocupar uma posição superior ao que é efeito ou conseqüência.” As **hierarquias** são – assim como os outros elementos compostos deste tratado – consideravelmente analisadas, e aqui apresentadas sob o seguinte aspecto:

[...] em muitos casos, poderíamos muito bem fundamentar a hierarquização admitida recorrendo a esquemas de vinculação, mas estes não são explícitos e não estamos seguros de que sejam presentes aos ouvintes: por exemplo, o verdadeiro será, para alguns, admitido como superior ao bem, sem que se pense em explicitar os possíveis fundamentos dessa superioridade, sem que se procure estabelecer qual seria o vínculo de subordinação de um para com o outro, nem mesmo de qual natureza poderia ele ser (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 92).

Para dar ênfase à citação anterior, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 92) afirmam que “as hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores. Com efeito, a maior parte destes são comuns a um grande número de auditórios.” Os autores complementam essa construção com a seguinte fala:

Os valores, mesmo se admitidos por muitos auditórios particulares, o são com maior ou menor força. A intensidade da adesão a um valor, em comparação com a intensidade com a qual se adere a outro, determina entre esses valores uma hierarquia que se deve levar em conta. Quando essa intensidade não é conhecida com precisão suficiente, o orador tem, por assim dizer, liberdade na utilização de cada um dos valores, sem precisar justificar necessariamente a preferência que concede a um deles, uma vez que não se trata de subverter uma hierarquia admitida (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 92).

O fechamento da questão relativa às **hierarquias** é feito com a seguinte afirmação dos autores:

[...] a justificação da hierarquização, quando dada, pode variar, mas o processo argumentativo apresenta analogias flagrantes: ele supõe a existência de valores aceitos, mas incompatíveis numa certa situação, e a hierarquização, tanto a resultante de uma argumentação como a enunciada já no início, designará aquele que decidimos sacrificar (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 94).

Vamos considerar como um adequado elemento de finalização deste capítulo, os **lugares**, que estão adequadamente fundamentados pelos autores, que iniciam com a seguinte proposição:

Quando se trata de fundamentar valores ou hierarquias, ou de reforçar a intensidade da adesão que eles suscitam, pode-se relacioná-los com outros valores ou com outras hierarquias, para consolidá-los, mas pode-se também recorrer a premissas de ordem muito geral, que qualificaremos com o nome de lugares, os *τόποι*, dos quais derivam os *Τόpicos*, ou tratados consagrados ao raciocínio dialético (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 94).

Em seguida, Aristóteles (*apud* Perelman e Olbrechts-Tyteca 2005, p. 94) acrescenta a distinção entre os lugares-comuns e os lugares específicos, onde diz que “os *lugares-comuns*,

que podem servir indiferentemente em qualquer ciência e não dependem de nenhuma, os *lugares-específicos*, que são próprios, quer de uma ciência particular, quer de um gênero oratório bem definido.” Em seguida, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 94) destacam que “[...] os lugares-comuns se caracterizavam, primitivamente, por sua imensa generalidade, que os tornava utilizáveis em todas as circunstâncias.” Sendo que pode surgir uma gama de especulações acerca dessa utilização, porém, os autores ora citados se desviaram de um caminho que os conduziriam “a uma metafísica particular” (p. 95), eles ainda, acrescentaram que “[...] como distinguimos os tipos de objetos de acordo referentes ao real dos que se referem ao preferível, só chamaremos de lugares as premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias [...]” (p. 95).

Considerando os elementos até aqui expostos como suficientes para o bom andamento deste trabalho, vemos como adequado quando Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 95) delimitam sua esfera de estudos dizendo que “nosso objetivo se limita ao exame e à análise de argumentações concretas. Estas se detêm em níveis variáveis. Quando um acordo é constatado, podemos presumir que é fundado sobre lugares mais gerais aceitos pelos interlocutores [...]”.

Mais à frente poderemos fazer uma relação entre esta construção teórica e as características contidas no *corpus* que utilizamos para este estudo, ou seja, a Cartilha sobre o *crack*, sendo que percebemos que ela salta de uma esfera meramente didática para uma esfera de elemento básico para estabelecimento de um discurso jurídico-social por parte do CNJ.

3 Sobre o poder

Vamos falar sobre o poder a partir de uma construção que se baseia na ideologia e filosofia da linguagem por Bakhtin (Volochinov) (2006) no texto “Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem” e por Foucault ([1979] 2011) nos livros “A microfísica do poder” e “A ordem do discurso”. Sendo que sobre a fundamentação de Foucault temos uma significativa contribuição que diz:

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente (MACHADO, [1979] 2011, p. X).

Considerando que o CNJ é uma instância de poder, como sujeito do discurso, que no nosso caso específico é representado pela Cartilha sobre o *crack*, todo o percurso que for delineado por este estudo tem por objetivo principal nos conduzir para a análise deste discurso.

Tendo o poder como elemento base para a construção desse diálogo, se fez necessária uma fundamentação a partir de questões ou problemas ligados à ideologia e à filosofia da linguagem, sendo que o fio condutor desse percurso se inicia no signo, passa pela consciência, para chegar à palavra. Sobre o signo, nos traz Bakhtin (Volochinov) ([1929/1930] 2006, p. 31): “tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*.” O autor complementa que:

O próprio signo e todos os seu efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as consequências que dele decorrem (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 33).

Cabe destacar que, para o desenvolvimento desta análise, Bakhtin (Volochinov) ([1929/1930] 2006) se situa no contexto da ideologia marxista, com o objetivo específico de contribuir para a solução de alguns entraves relativos à filosofia da linguagem. Ao retirar do plano de estudo o posicionamento da filosofia idealista que pretendeu, de forma reducionista, situar a consciência como elemento básico para a criação ideológica, Bakhtin (Volochinov) ([1929/1930] 2006, p. 34) expõe que “situando a ideologia na consciência, eles transformam o estudo das ideologias em estudo da consciência e de suas leis: pouco importa que isso seja feito

em termos transcendentais ou em termos empírico-psicológicos.” Sendo que Bakhtin (Volochinov) ([1929/1930], p. 34) traz ainda que “a criação ideológica – ato material e social – é introduzida à força no quadro da consciência individual. Esta, por sua vez, é privada de qualquer suporte da realidade. Torna-se tudo ou nada.” O autor vai mais adiante e diz que:

[...] o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 35).

Após localizar o signo e a consciência – cada qual no seu lugar – surge outro elemento para a constituição da ideologia: a palavra. O autor aponta:

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível da relação social (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 36).

O autor se posiciona de forma mais enfática quanto à importância da palavra, ampliando nossa visão quanto ao significativo alcance deste elemento base da formação ideológica, fazendo uma distinção entre ela e o signo, onde pontua:

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula símbolos e signos que lhe são específicos e que não são aplicáveis em outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 37).

Considerando a crítica feita anteriormente pelo autor acerca do uso da consciência, sobretudo pelos idealistas a partir do aparecimento da palavra voltamos também à consciência. Bakhtin (Volochinov) ([1929/1930], p. 37) destaca: “na verdade, a consciência não poderia se desenvolver se não dispusesse de um material flexível, veiculável pelo corpo. E a palavra constitui exatamente esse tipo de material.” A seguir, o mesmo autor reforça a questão da palavra dizendo que “é devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for*. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico.” (p. 38) em seguida o autor complementa que “todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas

dele.” (p. 38) Porém, ele destaca que “nenhum dos signos ideológicos específicos, fundamentais, é inteiramente substituível por palavras.” (p. 38) e em seguida diz que “[...] embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apoia nas palavras e é acompanhado por elas [...]” (p. 38). Para finalizar a explanação sobre a palavra o autor nos traz que

Toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal, como fenômeno obrigatoriamente concomitante. A palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 38).

No entremeio às questões relacionadas ao estudo dos elementos constituintes do processo ideológico e considerando como parte integrante desse grupo – a infraestrutura e as superestruturas – cabe destacar as preocupações do autor quando ele reafirma que:

*A única maneira de fazer com que o método sociológico marxista dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas “imanescentes” consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*. E essa base de partida deve ser traçada e elaborada pelo próprio marxismo (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 39).*

Para que se dê continuidade na busca do processo de formação ideológica é necessário que se considere outro elemento – que amplia nosso campo de visão – considerando as etapas do caminho percorrido até aqui, sendo este elemento: o arquivo. Nas palavras de Coracini (2007, p. 16) “arquivo é, pois, aquilo que justifica, sem que se saiba a sua razão imediata, o que pode ser dito num dado momento de discursividades; é, enfim, o que dá sentido ao que é dito, [...]” sendo que mais adiante a autora completa que:

[...] o arquivo é o que justifica o dito e o não-dito – o que não pôde (ou não pode) ser dito – ele é também o que faz com que os discursos se modifiquem, que alguns dizeres, longínquos no tempo, permaneçam e outros, mais recentes, se esfumem e até desapareçam. O arquivo é, assim, a garantia da memória – ao mesmo tempo em que é por ela garantido [...]” (CORACINI, 2007, p. 16).

Coracini (2007, p. 17) continua, ainda sobre o arquivo e diz que ele “[...] é responsável pela materialização das práticas discursivas e, portanto, pelos discursos. E, como tal, sofre também a ação subliminar, escondida, insidiosa do que o filósofo [Foucault] denomina, relações de poder.” Sendo que para dar amplitude ao fundamentado até o momento – sobre o arquivo – a autora enfatiza que “[...] Foucault afirma que o discurso é ao mesmo tempo instrumento e

efeito de poder; [...]” (p. 17) e em seguida Foucault ([1969] 1993, p. 96) *apud* Coracini (2007, p. 17) diz que “[o discurso] veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”.

Podemos, agora, voltar às construções no campo ideológico onde é considerado sobre:

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar “interior” (na “alma” dos indivíduos em situação de comunicação); ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 42).

O autor aprofunda a questão sobre a psicologia do corpo social fazendo as seguintes considerações:

Do que até agora foi dito podemos deduzir o seguinte: que a psicologia do corpo social deve ser estudada de dois pontos de vista diferentes: primeiramente, do ponto de vista do *conteúdo*, dos temas que aí se encontram atualizados num dado momento do tempo; e, em segundo lugar, do ponto de vista dos *tipos e formas de discurso* através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados, etc. (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 44).

Complementando estas citações, Coracini (2007, p.17) traz que “[...] o discurso é o lugar em que o poder se exerce, mas é também o lugar da resistência do sujeito a esse mesmo poder, resistência que, diga-se de passagem, se encontra, prevista ou dissimulada, no próprio dispositivo do poder.” Podemos adentrar na questão do poder, mas, não se pode fazê-lo sem que se coloque a seguinte observação sobre o tema:

Foucault nunca trata do poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de “relações de poder” que supõem condições históricas de emergência complexas e que implicam efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica tradicionalmente como o campo do poder. Ainda que Foucault pareça por vezes ter questionado a importância do tema do poder em seu trabalho[...] (REVEL, 2005 p. 67).

A autora dá continuidade às suas observações, dizendo:

[...] suas análises efetuam dois deslocamentos notáveis: se é verdade que não há poder que não seja exercido por uns sobre os outros – “os uns” e “os outros” não estando nunca fixados num papel, mas sucessiva, e até simultaneamente, inseridos em cada um dos pólos da relação –, então uma genealogia do poder é indissociável de uma história da subjetividade; se o poder não existe senão em ato, então é à questão do “como” que ele retoma para analisar suas modalidades de exercício, isto é, tanto à emergência histórica de seus modos de aplicação quanto aos instrumentos que ele se

dá, os campos onde ele intervém, a rede que ele desenha e os efeitos que ele implica numa época dada. (REVEL, 2005 p. 67).

Agora temos a oportunidade de nos aproximarmos da construção foucaultiana que, neste caso específico, faremos a partir de sua desenvolvimento sobre o poder e o saber, onde Foucault ([1979] 2011) fala da postura político-ideológica do Partido Comunista Francês (PCF), e de como esse partido se colocava diante de questões relativas às ciências, dizendo que “[...] não eram nem muito nobres, nem muito sérias, [...]” (p. 2) dando um enfoque para as questões relacionadas à psiquiatria.

Quando é feito a Foucault ([1979] 2011, p.5-6) o questionamento sobre o fato de ele ter sido o primeiro a colocar a questão do poder relacionado ao discurso ele diz “Não acho que fui o primeiro a colocar esta questão. Pelo contrário, me espanta a dificuldade que tive para formulá-la. Quando agora penso nisto, pergunto de que podia ter falado, na *História da Loucura* ou no *Nascimento da Clínica*, senão do poder.” O autor complementa:

Posso dizer que certamente houve uma incapacidade que estava sem dúvida ligada à situação política em que nos achávamos. Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho de Estado (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 6).

O autor avança na sua construção, trazendo um exemplo que nos localiza na questão ideológica e seus entraves e nuances, posicionando que:

[...] o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 6).

Seguindo nesta análise, podemos destacar que:

Antes de mais nada, é impossível estabelecer o sentido de uma dada transformação ideológica no contexto da ideologia correspondente, considerando que toda esfera ideológica se apresenta como um conjunto único e indivisível cujos elementos, sem exceção, reagem a uma transformação da infra-estrutura. Eis por que toda explicação deve ter em conta a diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca e seguir passo a passo todas as etapas da transformação. Apenas sob esta condição a análise desembocará, não na convergência superficial de dois fenômenos fortuitos e situados em planos diferentes, mas num processo de evolução social realmente

dialético, que procede da infra-estrutura e vai tomar formas nas superestruturas (BAKHTIN [VOLOCHINOV], [1929/1930] 2006, p. 40).

Temos agora, a oportunidade de um aprofundamento na questão político-ideológica, onde também pode-se considerar a questão entre a infraestrutura e as superestruturas

[...] o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos, as instituições penais têm, sem dúvida, uma importância muito limitada se se procura somente sua significação econômica. Em contrapartida, no funcionamento geral das engrenagens do poder, eles são sem dúvida essenciais (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 6).

Nesse ponto, Foucault ([1979] 2011) questiona sobre vários elementos desenvolvidos nos seus estudos nos quais não se faz necessário que sejam aprofundados – o que não impede que sejam citados – sendo alguns deles: o marxismo, a fenomenologia, a genealogia; também retorna na ideologia, mas, cabe ressaltar um certo destaque sobre o termo repressão. O autor expressa sua ênfase na repressão dizendo que:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa, que tem por função reprimir (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 8).

Foucault ([1979] 2011) nos traz a questão do “poder – corpo” fazendo uma analogia com o corpo do rei, ou seja, sua presença, sua figura, sua “realidade política” (p. 145), que proporcionava o funcionamento da monarquia, sendo que logo a seguir fala da República e anuncia: “não há um corpo da República.”, e destaca que:

Em compensação, é o corpo da sociedade que se torna, no decorrer do século XIX, o novo princípio. É este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados”... (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 145).

Aqui nos são apresentados os arranjos institucionais que, a serviço do Estado – superestrutura – que, em pleno século XXI, utiliza medidas rudimentares onde podemos citar como exemplo a grande maioria dos complexos carcerários brasileiros, que degradam o sujeito ao invés de promover sua ressocialização, criando desajustes que a infraestrutura não consegue dar conta. Voltemos às palavras de Foucault ([1979] 2011, p. 146) que diz: “eu acho que o

grande fantasma é a idéia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades. Ora, não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos.”

Logo a seguir nos deparamos com Foucault ([1979] 2011) fazendo uma análise sobre o surgimento do corpo – a consciência do próprio corpo – pela via do poder. O autor dá ênfase à questão dizendo que:

[...] a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 146).

Surge novamente a questão da repressão e dos seus efeitos, bem como, de sua utilização como instrumento do Estado ou como objeto de liberação científica. Estas considerações estão presentes no trecho a seguir:

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível de desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 147-148).

Nesse ponto, abrimos espaço para trazermos o sujeito, sua presença, claro que saindo da esfera do corpo social para a esfera individual, sendo que a autora pontua que:

[...] [vemo-nos] inevitavelmente pelo olhar do outro, que a imagem que construímos de nós mesmos provém do(s) outro(s), cujo discurso nos perpassa e nos constitui em sujeitos, construindo, no nosso imaginário, a verdade sobre nós mesmos, verdade com a qual nos identificamos e que assumimos como se não fosse transitória, então, é possível afirmar com Foucault que o sujeito é uma construção social e discursiva em constante elaboração e transformação (CORACINI, 2007, p. 17).

Dando mais um passo adiante, Foucault ([1979] 2011) nos fala da estagnação teórica pela qual passou conjuntamente com o grupo que o acompanhava em suas pesquisas. Demonstra algum sofrimento com tal processo, mas aproveita o momento para fazer observações acerca das dificuldades que se apresentavam, sendo as principais características desse processo de estagnação: a fragmentação das ideias, a repetição dos temas e a

descontinuidade das ações, cuja busca é direcionada para o que chamou de “justiça de classe”.

O autor destaca que:

[...] assistimos há dez ou quinze anos a uma imensa e proliferante criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos; uma espécie de friabilidade geral dos solos, mesmo dos mais familiares, dos mais sólidos, dos mais próximos de nós, de nosso corpo, de nossos gestos cotidianos. Mas junto com esta friabilidade e esta surpreendente eficácia das críticas descontínuas, particulares e locais, e mesmo devido a elas, se descobre nos fatos algo que de início não estava previsto, aquilo que se poderia chamar de efeito inibidor próprio às teorias totalitárias, globais (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 169).

Abrem-se caminhos para que ocorra uma transmissão do global para o local na esfera do discurso, sendo que Foucault ([1979] 2011, p. 169) exemplifica essa transição trazendo como exemplos o marxismo e a psicanálise, e destas teorias ele nos traz: “[...] creio que elas só forneceram estes instrumentos à condição de que a unidade teórica do discurso fosse como que suspensão ou, em todo caso, recortada, despedaçada, deslocada, invertida, caricaturada, teatralizada.”

Em seguida são apresentados alguns elementos que nos conduzem ao significado de genealogia e nesse contexto Foucault ([1979] 2011, p. 171) nos diz: “[...] esta genealogia como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes, com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica.” Para descrever mais especificamente o movimento apresentado pelo autor cabe trazer uma fala complementar onde diz:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral (FOUCAULT, [1979] 2011, p. 172).

Foucault ([1979] 2011) se esquivava de chegar a um fundamento “[...] teórico contínuo e sólido [...]” (p. 174) valorizando o caráter fragmentário da genealogia, sendo que na sequência de sua análise questiona: o que é o poder? É abordada a convergência entre os pontos de vista jurídico ou liberal dos filósofos do século XVIII e o ponto de vista que se possa denominar marxista, sendo que nas palavras do autor é descrito: “Este ponto em comum é o que chamarei o economicismo na teoria do poder” (p. 174).

Alheios à visão classicista sobre como se constitui o poder, bem como de sua concepção simplista de instrumento de subjugação, traremos a posição de Foucault ([1979] 2011, p. 175) que aponta: “dispomos da afirmação de que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também, da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.” A partir do momento em que se coloca uma concepção mais atual sobre o poder, se torna possível seguir adiante e entrarmos na questão do discurso propriamente dito, como complemento para os elementos trazidos anteriormente.

Foucault ([1971] 1996) ao voltar o foco de seus estudos para o discurso, o faz, mas não sem dificuldades, nos dando a entender que o faz pela necessidade, porém com relutância e alguma reserva. Nos traz a oposição entre o desejo e a realidade, sendo que esta realidade pode ser considerada a partir do discurso da instituição que diz:

Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 7).

Depois de nos falar da inquietação que surge quando se posiciona diante do discurso, o autor nos traz as seguintes questões: “mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (p. 8). O autor nos fala ainda sobre uma dinâmica na produção do discurso onde enfatiza:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 8-9).

Em seguida, são apresentados pelo autor, elementos mais específicos acerca dessa produção e fica evidente que essa dinâmica sofreu ao longo dos últimos dois séculos apenas algumas alterações, cujos objetivos era apenas adequar estes mecanismos a novos contextos, sendo que ele começa esta exposição pelo que chama de “procedimentos de *exclusão*” (p. 9), que aparecem em um ou outro caso como princípio; nos diz que são vários estes princípios, mas aqui apresentaremos os mais considerados, sendo: o princípio da interdição, ou seja, não se pode falar tudo a qualquer momento. E sobre a interdição Foucault ([1971] 1996, p. 10) tem a dizer que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o

atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” O autor continua dizendo que sobre isto não há com o que se espantar e completa:

[...] visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 10).

O autor nos fala sobre o segundo princípio, o da separação e, para ilustrar, nos traz como exemplo o discurso do louco e sua oposição à razão, sendo que essa oposição promovia sua desconsideração nas instâncias social, jurídica, religiosa etc., e Foucault ([1971] 1996, p. 11), sobre a palavra do louco, enfatiza que: “[...] excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas ou escutadas.” E, apesar do olhar dirigido, atualmente, para a palavra do louco, o autor destaca não há garantias de que esta separação não mais ocorra.

Um terceiro princípio a ser exposto – e considerado com certa prudência – é o da oposição entre verdadeiro e falso. Foucault ([1971] 1996, p. 15) diz sobre discurso verdadeiro: “[...] [aquele] pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; [...]” Considerando que o discurso, como trazido pelo autor, cria um ambiente propício para adesão e organização social. Nos é enfatizado que:

[...] a verdade a mais elevada já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 15).

A partir dessa cisão histórica pela qual passou o conceito de verdade, bem como, do contínuo processo de deslocamento do que o autor chama de “vontade de saber”, vemos nos processos de evolução científica que, tendo como base alguma descoberta e continuamente alimentada pela vontade de saber, se desenvolveu sempre tendo como ponto de apoio o suporte institucional. Ainda sobre o verdadeiro, Foucault ([1971] 1996, p. 35) nos diz: “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos

no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.”

O autor apresenta uma síntese dos sistemas de exclusão, onde relata que:

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, o terceiro procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável (FOUCAULT, [1971] 1996, p. 19).

Cabe-nos destacar que os procedimentos de exclusão hora mencionados, segundo o autor, habitam a esfera exterior do sujeito. Podemos finalizar este capítulo exatamente como ele foi iniciado, ou seja, a partir da contribuição de um autor que sintetizou o percurso de Foucault sobre o poder, onde diz:

[...] a genealogia que ele tem realizado é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado. A análise ascendente que Foucault não só propõe, mas realiza, estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se define e repercute nos outros setores da vida social [...] (MACHADO, [1979] 2011, p. XIII-XIV).

Nesse ponto nos sentimos à vontade para passar a outra esfera considerando que o caminho percorrido até aqui nos prepara para olharmos para a esfera das políticas públicas de saúde, onde devemos destacar que se tratando do âmbito da política temos uma relação estreita com o poder e com todos os seus aspectos e elementos.

4 Políticas públicas de saúde

Quando o tema a ser desenvolvido gira em torno das políticas públicas, se torna uma tarefa complexa. Primeiro, por se tratar de uma área relativamente recente e pouco desenvolvida, sobretudo no Brasil; segundo, por se tratar de um campo multidisciplinar que somente avança ou produz efeitos a partir de esforços empreendidos por vários setores da sociedade. Se torna necessário trazermos um conceito de Políticas Públicas que é apresentado pela autora que diz:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26)¹

Considerando que o Brasil faz parte de um grupo de países categorizados como democracias não-consolidadas, segundo Frey (2000)², vamos conduzir este trabalho com o objeto de traçar um panorama deste campo de atuação em nosso país, mas não vamos nos ater em questões como: análise de forças ou estilos políticos, ideias neoinstitucionalistas e estruturação de projetos de pesquisa. Porém, cabe salientar, segundo o autor que “[...] as disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados” (FREY, 2000, p. 219)³.

Em se tratando de políticas setoriais, cada campo de ação dentro das esferas político-administrativas possui seus atores sociais que entram em cena para construir um diálogo e propor e/ou cobrar ações por parte do Estado, sendo que, nesse caso específico, podemos nos referir ao CNJ e seus parceiros e seu trabalho elaborando a Cartilha sobre o crack, cujo objetivo primordial é um primeiro passo para mobilizar toda a sociedade brasileira para se discutir as medidas que possibilitem ações efetivas no combate à disseminação do uso do crack no Brasil.

Vale considerar, ainda:

[...] que as peculiaridades socioeconômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da

¹<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

²<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>

³*Ibidem*

análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (FREY, 2000, p. 212)⁴.

Devemos ressaltar que o desenvolvimento no campo das políticas públicas vai encontrar em cada país um arranjo específico, sobretudo no que diz respeito a elementos socioculturais que, em se tratando do Brasil, podemos apontar a questão da corrupção como elemento dificultador nesse processo de desenvolvimento social. A seguir temos uma citação que traça um panorama da conjuntura político administrativa atual, que diz:

Qualquer estudo que pretenda focar a gestão das políticas públicas no Brasil, hoje, deve considerar, enquanto um aspecto nuclear, a ideologia neoliberal, cujo programa compreende uma ênfase na decomposição do atendimento público e estatal no setor de assistência social – a saúde aí incluída. A situação decorrente dessa desmontagem, se já é problemática tomando-se as nações que desenvolveram um Estado do Bem-Estar Social de forma consistente, torna-se virtualmente insustentável naquelas em que, como o Brasil, em que a cobertura no campo social é histórica e reconhecidamente precária (CARVALHO; YAMAMOTO, 1999, p. 1)⁵.

Agora podemos dirigir nosso foco para as Políticas Públicas de Saúde, considerando que a precariedade descrita na citação anterior atinge profundamente o campo da saúde pública em todas as suas esferas de assistência e em todas as regiões do país, sendo que o caos na assistência à saúde pública se espalha, sobretudo nos grandes centros urbanos.

O estabelecimento da assistência à saúde pública começa a se desenvolver no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, fato este que ocorre como ação primordial no processo de redemocratização que ocorria no país naquela época. Porém, a regulamentação do SUS ocorre somente em 19 de setembro de 1990, com a votação e promulgação da Lei nº 8.080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos seus serviços e da Lei nº 8.142 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, também conhecidas como: Leis Orgânicas de Saúde. Sendo que:

O texto constitucional demonstra claramente que a concepção do SUS estava baseado na formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando resgatar o compromisso do estado para com o bem-estar social, especialmente no que refere a saúde coletiva, consolidando-o como um dos direitos da CIDADANIA. Esta visão refletia o momento político porque passava a sociedade brasileira, recém saída de uma ditadura militar onde a cidadania nunca foi um princípio de governo (POLIGNANO, 2001, p. 22).

⁴<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>

⁵http://www.psicolatina.org/Cero/psicologia_e_politicas_publicas.html

A partir desta reformulação, ocorrida no início da década de 90, e do novo cenário que surge no âmbito da saúde pública brasileira, podemos abordar o campo específico das ações governamentais relativas à política de álcool e outras drogas, sendo que devemos dar destaque ao fato desta política ter se desenvolvido paralela às ações relativas à reforma psiquiátrica e desenvolvimento das políticas públicas de saúde mental.

Nesse contexto, o que se verifica – segundo um documento elaborado em resposta à Conferência de Caracas 15 anos depois de sua realização, estando a íntegra de documento disponível em Brasil (2005) – é que durante muito tempo houve uma lacuna na ações voltadas para o prevenção e tratamento de álcool e outras drogas, o que ocasionou um significativo aumento nas ocorrências ligadas a estes problemas. Sendo que, no Brasil, se convencionou que estas ocorrências estão diretamente ligadas ao aumento da criminalidade, o que fez com que o Estado estabelecesse estratégias objetivando combater a disseminação das drogas e não as implicações das mesmas na vida e no entorno dos indivíduos que as consome. O que é confirmado por Brasil (2005, p. 40): “[...] deixando-se a questão das drogas para as instituições da justiça, segurança pública, pedagogia, benemerência, associações religiosas.”

Uma vez que não ocorre uma implicação efetiva do poder público para tratamento e ressocialização dos usuários de álcool e outras drogas, surgem projetos de intervenção geralmente pouco relevantes ou completamente ineficazes. Podemos acrescentar que:

A complexidade do problema contribuiu para a relativa ausência do Estado, e possibilitou a disseminação em todo o país de "alternativas de atenção" de caráter total, fechado, baseadas em uma prática predominantemente psiquiátrica ou médica, ou, ainda, de cunho religioso, tendo como principal objetivo a ser alcançado a abstinência (BRASIL, 2005, p. 40).

Considerando que a abordagem, até então empreendida pelo do poder público, não traz benefícios efetivos para a resolução dos problemas ocasionados pelo uso de álcool e outras drogas, podemos destacar que:

É somente em 2002, e em concordância com as recomendações da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que o Ministério da Saúde passa a implementar o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas, reconhecendo o problema do uso prejudicial de substâncias como importante problema da saúde pública e construindo uma política pública específica para a atenção às pessoas que fazem uso de álcool ou outras drogas, situada no campo da saúde mental, e tendo como estratégia a ampliação do acesso ao tratamento, a compreensão integral e dinâmica do problema, a promoção dos direitos e a abordagem de redução de danos (BRASIL, 2005, p. 41).

Podemos agora, destacar que, concomitante à elaboração e divulgação da Cartilha sobre o *crack*, pelo CNJ – aqui estabelecida como *corpus* no desenvolvimento deste estudo – foi lançada pelo Senado Federal a revista de audiência pública Em Discussão em agosto de 2011, cujo tema era “Dependência química: *crack* assusta e revela um Brasil despreparado”. Considerando que esta iniciativa surgiu a partir dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta casa, com atuação mais efetiva da Subcomissão de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outros, composta por cinco senadores criada com o objetivo de diagnosticar os problemas relativos ao tema sugerindo ações às instâncias governamentais e à sociedade.

Podemos comentar, em linhas gerais, alguns aspectos discutidos na revista, mas é impossível, aqui, um aprofundamento das questões tratadas, porém, se faz necessária algumas pontuações e começaremos pela questão da chegada do *crack* no Brasil e registro de seu uso segundo o Senado Federal (2011) aconteceu no final da década de 80, sendo que seu surgimento ocorreu como alternativa ao alto custo de produção da cocaína que era utilizada por camadas financeiramente mais favorecidas da população, sendo que o *crack*, derivado da cocaína, é de fácil produção, com baixo custo e alto grau de toxicidade, o que leva a maior grau de dependência e consumo. Outro fator a ser considerado é o do uso de drogas lícitas e sobre o assunto foi dito que:

Nos painéis de discussão promovidos pela subcomissão do Senado, especialistas e parlamentares deixaram claro que não é possível discutir a questão do tratamento e da prevenção do uso do *crack*, em particular, e das drogas ilícitas, em geral, sem abordar, a forma como a sociedade trata as drogas lícitas, especialmente o álcool. Isso porque as drogas lícitas, [...] são as mais consumidas e com o maior número de dependentes [...] (SENADO FEDERAL, 2011, p. 20).

Diante da tendência de aumento do consumo *crack*, da letalidade a partir do uso contínuo desta substância e da falta de consenso na formulação e condução das ações efetivas no combate, tratamento e ressocialização dos dependentes, fica evidente que no cenário atual o que mais podemos verificar é surgimento de muita polêmicas e poucas resoluções em torno do trato da questão, sendo a mais recente delas a utilização da internação compulsória, baseado no Art. 9º da Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A utilização da internação involuntária ou compulsória foi regulamentada em vários países, mas no Brasil esta medida é considerada como radical, sobretudo, porque depende não só de criar parcerias para aceleração do processo de internação, mas, principalmente criar

mecanismos eficientes para repasses e utilização dos recursos financeiros necessários à consolidação do aparo decorrente deste tipo de internação.

Considerando que, no Brasil, a tendência atual é de criminalizar o uso de drogas ilícitas, sendo que esta ação vai de encontro à tendência mundial, que é de descriminalizar e, em alguns casos liberar o uso, porém, na maioria dos países onde ocorre as discussões, são, em geral, em torno da liberação do uso da maconha, sobretudo para utilização medicinal.

5 Análise do *corpus*

A partir de agora tomamos nosso *corpus* de análise: a Cartilha sobre o *crack* do CNJ, a fim de expormos nossas considerações tomando por base as teorias argumentativas. Faremos essa construção relacionando alguns elementos da teoria que se destacaram no decorrer da elaboração deste trabalho com o que está fundamentado na referida cartilha. Como ponto de partida desta tarefa, vamos trazer a posição do autor que nos fala sobre as três instâncias do discurso onde diz:

Ora, toda pessoa, o *homem*, é para Aristóteles um “*animal* (→ *pathos*) político (→ *ethos*) que tem a capacidade de falar e de pensar (→ *logos*), para lembrar a definição dada na *Política*. Sua *héxis*, sua maneira de experimentar e de manifestar essas três dimensões de seu ser, constitui, portanto, seu *ETHOS* (EGGS, 2005, p. 42).

A partir desta fundamentação, podemos considerar que essas instâncias presentes no discurso são distintas, mas podem se unificar sempre que a construção discursiva o permitir, ou seja, cada orador realiza o tempo todo o movimento de se posicionar para absorver um discurso, em seguida passar à posição de orador para, logo depois, elaborar o seu discurso. Nesse movimento fica evidente o motivo pelo qual nos é afirmado que, das três provas do discurso, a mais importante é o *ethos*, pois verificamos que o orador é o elemento que mais facilmente transita nessas instâncias.

Agora que estabelecemos uma visão mais específica da nossa proposta de análise passaremos aos elementos que nos proporcionam a oportunidade de caminharmos para um fechamento deste trabalho e, com eles, traremos alguns enunciados extraídos da cartilha do CNJ.

5.1 *Ethos*

O *ethos* é, normalmente, um indivíduo. Mas nós podemos demonstrar o *ethos* de uma entidade, que se coloca preocupada com a questão das drogas no país. O indivíduo que aparece na apresentação da cartilha ocupa um “lugar”, aliás, um duplo lugar – o de presidente do Conselho Nacional de Justiça e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) – na hierarquia do poder judiciário nacional. Porém, quando passamos para o corpo da cartilha verificamos que ocorre o assujeitamento do indivíduo (Ministro) pela entidade (CNJ). Percebemos que o *ethos* se constrói:

E₁⁶: A prevenção passa por toda a sociedade, nela incluídas escolas, famílias, poder público, organizações não governamentais, etc. Este material visa colaborar para ampliar a discussão sobre o tema e trazer informação sobre o grave problema do uso do crack, além de alertar sobre a urgência de medidas efetivas e a ampliação do financiamento público para a concretização destas medidas (CNJ, 2011, p. 7).

Neste enunciado, o CNJ alerta a sociedade sobre como se deve agir, considerando a necessidade de se empreender esforços no sentido de desenvolver um trabalho conjunto, a partir da contribuição dos diversos setores da sociedade. No enunciado a seguir a entidade barra o alarmismo dos setores envolvidos com a questão da drogas, sobretudo do *crack*, no Brasil, dizendo:

E₂: [...] o consumo de substâncias que alteram o estado de consciência é fenômeno cultural, que ocorre em diversos contextos (social, econômico, ritual, religioso, estético, psicológico, cultural). Não há sociedade livre de drogas. O que há são diferentes finalidades quanto ao uso. A busca de experiências de prazer é apenas uma delas (CNJ, 2011, p. 7).

Um outro aspecto a ser considerado é o do procedimento do CNJ de apontar um caminho, dizendo que:

E₃: A questão que se aborda é com o fim de saber como atender na rede pública de saúde os usuários de crack das regiões mais vulneráveis das cidades. A necessidade de se aproximar desta população e criar relações de confiança requer um trabalho territorial intersetorial, com forte investimento na formação dos profissionais envolvidos. É certo também que o contínuo combate à miséria e a melhoria das políticas públicas no campo social são fatores primordiais na prevenção ao abuso de todas as drogas (CNJ, 2011, p. 7-8).

Uma vez que a entidade constrói a imagem de “si mesma” podemos avançar para outra instância discursiva.

5.2 *Pathos*

É o auditório, aquele interlocutor a quem se dirige o discurso. No caso, a cartilha foi destinada ao povo brasileiro e surgiu a partir da ânsia da sociedade por uma solução ou medidas que amenizem os estragos gerados pela considerável disseminação do *crack* nas últimas décadas. O enunciado a seguir demonstra este elemento:

E₄: Se você é pai, mãe ou tem alguém que lhe é querido, sob suspeita de uso do crack, principalmente, em faixa de idade vulnerável, como crianças e adolescentes, procure

manter bom relacionamento, com o suposto viciado, que garanta abertura para diálogo. O melhor é buscar saber de sua vida, com quem está, os lugares que frequenta, seu desempenho no trabalho ou na escola. Observe se ocorrem mudanças bruscas de comportamento. A manutenção do vínculo afetivo é muito importante, tanto para a detecção do problema, quanto para solução no tratamento. (CNJ, 2011, p. 13).

No enunciado anterior, percebemos que o *ethos* se projeta em direção ao *pathos*, anteriormente, fomos alertados dessa ligação. Podemos reafirmar que o ouvinte se convencerá pelas três provas discursivas e não por algum dos elementos isoladamente.

5.3 Logos

Aqui aparece o próprio discurso. Na esfera do discurso se faz primordial abordarmos a questão das escolhas lexicais, ou seja, do tipo de linguagem direcionada para um tipo específico de ouvinte. Aqui os ouvintes são: os usuários de *crack*, seus familiares e amigos, as entidades governamentais e não governamentais, a comunidade científica. O próximo enunciado vai nos proporcionar a possibilidade de apontar essas escolhas:

E₅: Após a “pipada” (ato de inalar a fumaça), o usuário sente grande prazer, intensa euforia, sensação de poder, excitação, hiperatividade, insônia, perda de sensação de cansaço e falta de apetite. [...] o efeito dura apenas de 5 a 10 minutos e a “fissura” (vontade) em usar novamente a droga torna-se incontrolável. [...] também apresenta com frequência atitudes bizarras devido ao aparecimento de paranóia (“nóia”), colocando em risco a própria vida e a dos outros. [...] usuários de crack precis[am] de outras substâncias psicoativas no período das chamadas “brisas”, ou seja, no período imediato após uso do crack. (CNJ, 2011, p. 9-10-12).

Verificamos que, no texto são destacadas entre aspas as palavras próprias do universo dos usuários, que são adicionadas ao vocabulário dos indivíduos que direta ou indiretamente convivem com essa realidade. Vale considerar que o *corpus* tem um caráter essencialmente argumentativo e sua composição ocorre a partir da ideia que o CNJ tem do auditório (*pathos*) e, por isso, apresenta o tema a partir de perguntas e respostas, com linguagem acessível ao grande público.

5.4 Valores

Agora verificaremos a questão dos valores intrínsecos no discurso, sendo que cabe ressaltar que a influência dos valores é notória frente à ação, bem como sobre a disposição à ação. O CNJ postula que:

E₆: A melhor forma de prevenção contra as drogas é a informação. Esta deve ser clara, objetiva e fundamentada cientificamente. [...] a articulação com as políticas públicas de ação social, educação, trabalho, justiça, esporte, direitos humanos, moradia, também constitui importante estratégia (CNJ, 2011, p. 7-8).

Informação e articulação aparecem na cartilha como valores fundamentais para o desenvolvimento das ações necessárias no combate que se pretende empreender contra a disseminação do *crack*. No caso, a informação gera ações e reações em torno de um tema e seus desdobramentos, enquanto que a articulação funciona como uma liga que poderá proporcionar uma unidade entre os setores envolvidos, o que pode proporcionar maiores e/ou melhores resultados. Cabendo ressaltar que os valores sempre aparecerão como substrato para a indução dos ouvintes a determinadas escolhas.

5.5 Hierarquias

É importante considerarmos a questão das hierarquias, pois a posição em que se encontra o *ethos*, ou seja, o CNJ, demonstra que o mesmo ocupa um lugar superior, se colocando acima do seu ouvinte, apesar de se encontrar subordinado ao STF, sendo que podemos enfatizar essa dupla posição hierárquica. O enunciado relativo às hierarquias nos dá uma prova de sua existência na cartilha, que diz: “E₇: Esta cartilha, que especialistas elaboraram por solicitação do Conselho Nacional de Justiça, tem por objetivo levar informações básicas sobre o tema aos colaboradores do sistema de justiça” (CNJ, 2011, p. 3).

O CNJ toma uma resolução – convocar a sociedade brasileira para um diálogo sobre o *crack* – e, a partir desse momento, cria condições para se firmar no discurso por meio da solicitação a especialistas, para que elaborassem uma cartilha, o que evidencia a sua posição de destaque em relação à sociedade como um todo. Podemos destacar também que os valores aparecem atrelados ou próximos da hierarquia, porém, este segundo elemento possui maior relevância no âmbito da argumentação, em relação ao primeiro.

5.6 Presunções

A partir do que foi construído neste trabalho sobre as presunções, podemos destacar a importância das mesmas para o estabelecimento de um fato. Quando voltamos à Cartilha Sobre o *Crack*, fica evidente que foi presumido pelo *ethos* (o orador) que havia necessidade do estabelecimento de um diálogo. Na cartilha essa pressuposição aparece na seguinte fala:

E₈: Este material visa colaborar para ampliar a discussão sobre o tema e trazer informação sobre o grave problema do uso do crack, além de alertar sobre a urgência de medidas efetivas e a ampliação do financiamento público para a concretização destas medidas (CNJ, 2011, p. 7).

As presunções são perpassadas pelo conceito de normal, sendo que o padrão de normalidade estará intimamente vinculado ao grupo que lhe serve de referência ou modelo e podemos considerar ainda que a presunção costuma aparecer na construção do discurso de forma sutil, quase nunca admite estardalhaço.

5.7 Lugares

Os lugares aparecem no nosso estudo como elementos de distinção do que deve ou não ser considerado, possuindo uma subdivisão onde aparecem como: lugares-comuns e lugares específicos. Sendo que os lugares-comuns estão relacionados ao que já foi convencionalizado, ou seja, algo sobre o qual não resta dúvida. O exemplo aparece a seguir:

E₉: [O *crack*] é uma substância psicoativa euforizante (estimulante), preparada à base da mistura da pasta de cocaína com bicarbonato de sódio. Para obtenção das pedras de crack também são misturadas à cocaína diversas substâncias tóxicas como gasolina, querosene e até água de bateria. A pedra de crack não é solúvel em água e não pode ser injetada. Ela é fumada em cachimbo, tubo de PVC ou aquecida numa lata (CNJ, 2011, p. 9).

O *crack*, enquanto substância, ocupa o lugar de algo extremamente prejudicial à saúde e não existe outra relação que se possa fazer a partir desse lugar e com esta configuração aparecerá em todas as circunstâncias.

Enquanto que, os lugares específicos surgem como sistemas de demarcação para novas abordagens sobre um mesmo tema, no caso, a drogadição, que se apresenta como um grave problema de saúde pública que assola a sociedade brasileira. Podemos extrair do nosso *corpus* um exemplo dessa demarcação:

E₁₀: A ajuda profissional é indispensável, porém, amor, compreensão e paciência não são apelos demagógicos; mas, sim, estratégias concretas de ajuda, que qualquer decisão pode proporcionar ao seu semelhante em risco. Manter-se bem informado e ter boa vontade são atitudes que podem contribuir muito para o tratamento dos dependentes químicos. (CNJ, 2011, p. 15).

Nesse ponto finalizamos com as figuras mais significativas do nosso arranjo teórico e passamos ao discurso e sua exposição, na qual será utilizada a teoria lacaniana, amplamente desenvolvida no livro “O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise” onde ele trata dos quatro discursos: do Universitário, do Mestre, o Histérico e o do Analista, sendo que vamos nos ater ao discurso de mestria em função do próprio gênero discursivo aqui assinalado: cartilha.

Tomemos o matema lacaniano do discurso do Mestre: $\frac{S_1}{\$} \rightarrow \frac{S_2}{a}$.

Passemos a uma definição dos termos: S_1 é o significante mestre, lugar dinâmico de onde emana o poder de sua mestria; S_2 é o saber; é a falta-a-ser, o mais-gozo e o \$ é o sujeito atravessado pela linguagem.

Em se levando em conta o *corpus* aqui analisado temos que S_1 , é o significante mestre, aquele que organiza o discurso em torno de si, é a drogadição na sociedade brasileira e, mais especificamente, o *crack*. Na cartilha o mestre que discursa é aquele que o faz a partir de um lugar hierárquico reconhecido: o CNJ.

Continuando na compreensão do matema, vemos que o S_1 (mestre) interpela o campo do outro, acionando um saber (S_2). Isto se nota quando a cartilha diz: que a finalidade desta é promover uma discussão e trazer informação ao público em geral sobre o *crack*. Esta operação só é possível se o outro mantiver sob a barra do recalque sua falta-a-ser (a). Isto é o mesmo que constatar que ainda que saibamos os efeitos prejudiciais do uso do crack, não significa a resolução da questão. Para que o mestre sustente este discurso, por sua vez, ele deve recalcar o \$ (sujeito desejante).

6 Considerações finais

Ao utilizar uma teoria linguística para discutir um tema de saúde pública estamos propondo uma nova visão sobre as políticas públicas, para que elas não sejam tomadas como benevolência do Estado. Afinal a teoria da argumentação vem, desde Aristóteles, proporcionando uma melhor localização do homem na *polis*.

A importância da compreensão das Políticas Públicas para o profissional da psicologia, se dá para que ele construa seu lugar na sociedade, que cada vez mais se diversifica. O sujeito da drogadição é, de alguma forma, uma construção da sociedade que, continuamente, dá sinais do seu mal-estar.

A proposta para desenvolvimento deste trabalho é, inicialmente, o de localizar os principais elementos da argumentação no discurso (*logos*) apresentado, verificar a construção teórica do orador (*ethos*), bem como visualizar a posição do ouvinte (*pathos*) e não traçar um panorama sociocultural ou defender o lugar do psicólogo e/ou da psicologia, estes já possuem muitos em sua defesa. O que justifica apenas algumas citações sobre estes aspectos, sendo que o desenvolvimento mais significativo se faz a partir da palavra e dos elementos argumentativos que a ela se unem para compor o cenário da argumentação, considerando uma interpretação atual das provas do discurso e não uma análise a partir dos conceitos clássicos como apresentados na retórica aristotélica.

Verificamos que o CNJ se apresenta como o orador, ou seja, aquele que diz ou propõe algo, no nosso caso específico é proposto um diálogo entre os vários setores da sociedade, cabe questionar quem de fato detém o poder e como esse poder se exerce a partir dessa proposição, sendo que nos cabe questionar: o objetivo a que se propõe a partir da cartilha é de fato atingido? Se formos considerar a proposta inicial de um diálogo podemos considerar que sim, uma vez que na época de sua composição surge um movimento em torno da temática. Se formos considerar a estruturação e criação do elaborado sistema que se faz necessário para o combate à disseminação do crack no país, podemos considerar que não, uma vez que as ações governamentais em torno da questão do *crack* promove muito mais segregação do que inclusão.

Referências

AMOSSY, R (Org.). Da noção retórica de ethos à análise do discurso. *In: _____*. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-28.

ALVARENGA, Patrícia Vieira. Cartilhando a cartilha. *In: Nos domínios dos gêneros textuais*. DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009. v. 1, p. 79-82.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12.ed. São Paulo: Hucitec, [1929/1930] 2006. p. 31-48.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. A política de álcool e outras drogas. *In: Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, jun. 2005.

CARVALHO, D. B.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira. **Psicologia para a América Latina – Revista da Union Latinoamericana de Psicologia**, 1999. Disponível em: <http://www.psicolatina.org/Cero/psicologia_e_politicas_publicas.html>. Acesso em 16 nov. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cartilha sobre o crack**. Brasília: Assessoria de Comunicação Social do CNJ. 2011. 22 p.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Clara Luz, 2006. 160 p.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In: AMOSSY, R (Org.)*. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, [1971] 1999. 79 p.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade do saber. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, [1969] 1993 *apud* CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade – línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado das Letras, 2007.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2011. 295 p.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. (IPEA),

Brasília, n. 21, p.211-259, jun. 2000. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

LACAN, Jacques. **O seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. [1969-1970] 1992. p. 208.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, [1979] 2011. p. VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. **Le Contexte de l'oeuvre littéraire**: Énociation, écrivain, société. Paris: Dunod. 1993 *apud* EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In*: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, R (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. 2.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005. p. 73-127.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. Histórias das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. *In*: **Cadernos do Internato Rural - Faculdade de Medicina/UFMG**, Belo horizonte, 2001.

PLOTINO, Enéades. **Paris, Les Belle-Lettres**. Collection des Universités de France, sob o patrocínio da Associação Guillaume Budé. Texto traduzido por Émile BRÉHIER, 6 tomos em 7 vols., 1924-1938 *apud* PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. 2.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005. p. 73-127.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005. 96 p.

SENADO FEDERAL. Dependência química: Crack assusta e revela um Brasil despreparado. *In*: **Em Discussão**. Ano 2, n. 8, ano 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão conceitual. *In*: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 nov. 2013.